

Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# História: Diálogos Contemporâneos 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# História: Diálogos Contemporâneos

## 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308  1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.  CDD 900.7
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>68</b>
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923088</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>90</b>
HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6001923089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>114</b>
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>145</b>
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>155</b>
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>165</b>
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230816</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>180</b>
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>204</b>
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>228</b>
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230822</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230823</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>258</b>
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60019230824</b>	



<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>271</b>
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
<b>DO 10.22533/at.ed.60019230825I</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>279</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>280</b>

## RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**Carolina Martins Saporetti**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Juiz de Fora - Minas Gerais

**RESUMO:** Este artigo disserta sobre a trajetória de Renato Soeiro no SPHAN. Assim, este trabalho ressalta a atuação de Soeiro em prol da preservação do patrimônio nacional e do desenvolvimento da instituição, o que o conduziu a direção desta em 1967.

**PALAVRAS-CHAVE:** SPHAN, Renato Soeiro, patrimônio

### RENATO SOEIRO IN SPHAN: ITS TRAJECTORY IN THE DIRECTION OF THE INSTITUTION

**ABSTRACT:** This article discusses the trajectory of Renato Soeiro in SPHAN. Thus, this work highlights the performance of Soeiro in favor of the preservation of the national patrimony and the development of the institution, which led to its direction in 1967.

**KEYWORDS:** SPHAN, Renato Soeiro,

### INTRODUÇÃO

No processo de fortalecimento do sentimento de identidade nacional foram criadas políticas de constituição do patrimônio

histórico e cultural do Brasil. Assim, os símbolos tornaram-se relevantes para a afirmação e identificação de um povo como nação. A partir da implantação do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, mas de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado. Assim sendo, Mário de Andrade além de ter construído uma importante atuação no Departamento de Cultura, foi responsável pela elaboração do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

### PROJETOS QUE INFLUENCIARAM A CRIAÇÃO DO SPHAN

Anteriormente ao anteprojeto de Mário de Andrade, observa-se que alguns projetos em relação à preservação do patrimônio influenciaram a proposta aprovada que constituiu o SPHAN. Dentre esses se destacam os trabalhos realizados por Luis Cedro (1923), Jair Lins (1925) e o José Wanderley de Araújo Pinho (1930). O projeto proposto pelo deputado Luis Cedro constituía na criação da Inspeção dos Monumentos Históricos:

Art. 1º - Fica criada, com sede na

cidade do Rio de Janeiro, a Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional (SPHAN, 1980, p.33).

Neste projeto, observa-se o aparecimento do tripé “histórico - artístico – nacional”, que se repetirá nos trabalhos posteriores, inclusive no decreto-lei nº 25/37. No artigo 5º da proposta de Cedro salienta que não será permitida a “destruição, no todo ou em parte, como ainda qualquer modificação ou restauração, sem que as suas obras sejam devidamente aprovadas pela inspetoria”. No decreto-lei citado no artigo 17º se tem:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Art. 17º Decreto-lei nº25/37).

Uma segunda proposta que entende-se ter contribuído na composição do decreto foi um esboço de anteprojeto de lei federal, escrito por Jair Lins. Este foi relator da Comissão designada em julho de 1925 pelo Presidente Mello Vianna, do Estado de Minas Gerais, a fim de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico (SPHAN, 1980, p. 35).

De acordo com Telles foram muitas contribuições, pode-se destacar: o direito de preferência; a exclusão dos bens estrangeiros da catalogação (diferente do projeto de Cedro que previa somente a classificação); os tipos de catalogação (voluntária/compulsória e definitiva/provisória); exigência de registro no Registro Geral de Hipotecas, entre outras (TELLES, 2009, p. 5).

A terceira proposta que foi comparada com o decreto-lei nº 25/37 foi elaborada pelo deputado José Wanderley Pinho, em 1930. O destaque desse documento foi a condensação das contribuições anteriores, fazendo, assim, o que o decreto-lei nº 25/37 fez seis anos mais tarde: extrair o que havia nos estudos anteriores. Em função disso, este pode ser considerado, o principal antecessor do decreto de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, pois reuniu boas propostas em volta de uma única lei (SPHAN, 1980, p. 46-53).

Então, previamente ao anteprojeto de Mário de Andrade, nota-se que foram escritas outras propostas (não aprovadas) e que influenciaram o documento escrito por Andrade e o decreto-lei nº 25/37. Entretanto, além desses projetos anteriores, requer destaque a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) através do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN).

Gustavo Barroso foi nomeado Inspetor de Monumento e, naquele momento, além do novo cargo, acumulou a direção do MHN e do Curso de Museus (criado em

1932). A IMN foi criada para restaurar monumentos históricos e atuou principalmente na cidade de Ouro Preto. Este órgão foi desativado em 1937 e substituído no mesmo ano pelo SPHAN, o que pode ser relacionado às disputas pela hegemonia do discurso preservacionista sobre o patrimônio durante o Estado Novo.

Segundo Aline Montenegro Magalhães,

Enquanto os modernistas assumiam uma postura de vanguarda na busca da identidade nacional, a partir da valorização estética do patrimônio histórico e artístico, Barroso fazia parte de uma ala mais conservadora, que se apegava aos vestígios do passado como forma de cultuar os homens ilustres e os grandes feitos da nação. Essa incompatibilidade de olhares e perspectivas sobre os monumentos nacionais levou a uma disputa pela institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da qual os modernistas, que acabaram por gerir o SPHAN, saíram vencedores. Com a consolidação do SPHAN, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, iniciou-se o processo de esquecimento da Inspetoria (MAGALHÃES, 2006, p. 94-95).

Marcio Ferreira Rangel defende que a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para reforçar sua ideia, ele cita Mário Chagas:

(...) a morte da Inspetoria não ocorreu por problemas técnicos de falta de especialização ou de pouca amplitude geográfica, mas por embates de poder, por disputa de projetos de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista, que tinha em Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus mais destacados representantes (RANGEL, 2012, p. 118 apud CHAGAS, 2009, p. 47).

Rangel destaca que mesmo com o fechamento da Inspetoria a ideia de musealização do patrimônio artístico não foi abandonada pelo SPHAN, visto que no decreto de criação desta instituição ficou explícito que: O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (Art. 46º §3º lei nº378 de 13 de janeiro de 1937).

Além da influência dos projetos apresentados anteriormente, observa-se que o SPHAN integrou as atividades da IMN, desde o funcionamento da instituição em caráter provisório, a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade. No documento criado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema tinha como finalidade a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) que tinha como objetivo “determinar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (SPHAN, 1980, p. 55).

Neste programa, Andrade definiu como Patrimônio Artístico Nacional:

todas as obras de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais,

O SPAN possuiria quatro livros de tombamento - Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas Artes/ Galeria Nacional de Belas Artes, Livro de Tombo das Artes Aplicadas/ Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial -e quatro museus - Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico Nacional, Galeria Nacional de Belas Artes, Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial -, que compreenderiam oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras (SPHAN, 1980, p. 55-59).

Os livros de tombamento serviriam para terem escritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, as obras de arte e arquitetura, que pertenceriam oficialmente ao Patrimônio Artístico Nacional.

Segundo Mário, os museus guardariam e colocariam em exposição as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro através do Governo Federal. Mário de Andrade concluiu o anteprojeto do SPHAN, em 24 de março de 1936. A partir deste, Getúlio Vargas autorizou o funcionamento da instituição, em caráter experimental, no dia 19 de abril do mesmo ano.

## **CRIAÇÃO DO SPHAN**

O SPHAN teve sua criação oficializada somente na lei nº378, de janeiro de 1937. Esta lei tem o objetivo de implantar uma nova organização ao Ministério de Educação e Saúde. Então, apesar do SPHAN ter sido criado oficialmente a partir desta lei, esta não detalha a organização desta instituição. De acordo com o artigo 46º da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937:

Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento ( Art. 46 da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937).

Em 30 de novembro do mesmo ano, o SPHAN teve sua ação de proteção foi regulamentada pelo decreto-lei nº 25. Assim, foi discriminado aquilo que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico no Brasil, ou seja, esse decreto teve a

função de organizar a proteção do patrimônio no país. (CHUVA, 2009).

O projeto implantado pelo decreto-lei nº 25 de 1937 foi escrito por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entre os projetos de Mário e Rodrigo existem algumas semelhanças. Em geral, acredita-se que o segundo projeto foi uma adaptação do trabalho feito por Mário.

No trabalho desenvolvido Rodrigo M. F. de Andrade denomina-se o órgão preservação do patrimônio como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou seja, inclui a categoria histórico no nome. Porém, a ausência do termo histórico na denominação dada por Mário de Andrade não implicava na sua desvalorização, mas entendia-se que esta seria uma dentre as várias categorias por ele criadas para a obra de arte patrimonial.

Márcia Chuva utilizou o depoimento de Judith Martins, secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade desde 1936, para salientar sobre o projeto. Segundo o relato dissertado por Chuva, Judith afirma que o trabalho realizado por Mário de Andrade era maior do que o programa que se tem conhecimento. Também declarou que Rodrigo realizou discussões com outros intelectuais conseguindo reduzir e fazer algumas alterações chegando no decreto nº 25/1937.

Conforme Fonseca, os planos de Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade tiveram influência em ações de preservações do patrimônio em outros países, embora ampliaram algumas concepções. Em primeiro lugar, em outros países as iniciativas voltadas para preservação de bens culturais contemplavam apenas tipos de bens isolados; já no Brasil houve a preocupação em abordar o tema de forma abrangente e articulada, além de proporem uma única instituição para proteger os bens culturais de forma geral. Em segundo lugar, se em outros países os agentes da preservação geralmente eram escolhidos entre estudiosos vistos com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil os intelectuais que participaram do projeto do patrimônio eram aqueles que assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras (2005, p. 97).

É importante ressaltar que embora estivesse sendo realizadas discussões sobre a organização do SPHAN e a construção de um decreto-lei, a instituição estava em funcionamento em caráter provisório desde 1936. Assim, o decreto lei 25/37 contribuiu para a organização e desenvolvimento de ações, limitações e procedimentos do tombamento e descrever o papel Conselho Consultivo.

O artigo 1º do decreto-lei nº 25 de 1937 estabelece como patrimônio histórico e artístico nacional:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§1 - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, que trata o Artigo 4º desta lei.

§2 – Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

De acordo com Chuva (2009), as funções do Conselho Consultivo do SPHAN, foram definidas no decreto-lei nº 25/37, centralizam-se na análise dos bens indicados para tombamentos contestados pelos proprietários e dos tombamentos voluntários.

O Conselho Consultivo, dessa maneira, possuía o papel de interceder nos casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política, analisando as razões e contrarrazões requeridas, sendo assim, um “tribunal de segunda instância”. A sua composição contribuiu para a consolidação do SPHAN no início do funcionamento da instituição, pela participação de integrantes dos campos intelectual e político brasileiros.

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio veio atribuída a importância de resguardar a história, a cultura nacional. Sendo assim, com a criação do SPHAN e a institucionalização dessa preservação, primeiramente, se teve a preocupação em proteger monumentos e obras ligadas a história nacional. Observa-se que inicialmente a maioria dos bens preservados eram imóveis (CHUVA, 2009).

Dessa forma, como foi dito anteriormente, essa busca foi realizada por parte de intelectuais modernistas, estes assumiam a sua contradição essencial: embora se buscasse o novo, encontrava-se, através do velho, uma identidade genuinamente brasileira, uma tradição brasileira. À medida que o conjunto arquitetônico barroco era valorizado, a relação dos artistas brasileiros com o modelo europeu ia sendo revista.

O barroco foi redescoberto e valorizado, uma vez que neste a arte e a história ganharam dimensão eminentemente coletiva, constituíram-se, assim, em paradigma da construção da ideia de nação enquanto civilização (SANTOS, 1992, p. 37).

As práticas de preservação e colecionamento eram vistas como um esforço de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir à “autenticidade” ao restaurar e defender um evanescente “sentimento de ser”.

O primeiro diretor do SPHAN foi o escritor modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade. Um dos objetivos de dele ao assumir este cargo era conciliar a modernidade e a tradição, procurando sempre preservar a cultura nacional. Ele permaneceu na direção da instituição de 1937 a 1967, quando se aposentou.

Além de Rodrigo, outros modernistas assumiram cargos no SPHAN, como: o escritor Mário de Andrade (assistente técnico em São Paulo), o arquiteto Renato Soeiro (desenhista, arquiteto, chefe da Divisão de Restauro e posteriormente diretor da instituição), Carlos Drummond de Andrade que ocupou alguns cargos na instituição, dentre eles Chefe da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamento, entre outras personalidades do Modernismo brasileiro que trabalharam no SPHAN. O

SPHAN investiu no projeto de construção da nação, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional.

## RENATO SOEIRO E O SPHAN

Renato de Azevedo Duarte Soeiro formou em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, em 1937. No ano seguinte começou a trabalhar no SPHAN como assistente técnico de 3ª classe. Em 1940, Soeiro foi contratado como arquiteto do SPHAN-MES. A partir de 1946, ele assumiu o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da então DPHAN. Renato Soeiro permaneceu neste cargo até se tornar diretor do DPHAN em 1967.

Até 1976, quando foi aprovado um novo regimento para a instituição através da Portaria nº 230, a Divisão de Conservação e Restauração, compreendia a Seção de Projetos e a Seção de Obras. A primeira seção atuava em relação “ao estudo técnico, prévio e pormenorizado dos monumentos e obras de arte cuja reparação ou restauração deva ser incluída no plano de atividades da Diretoria” (BRASIL, 1946, art. 10, alínea a).

Ademais, deveria encarregar-se da vigilância sobre os bens tombados e monumentos naturais, prestar assistência técnica em obras e equipamentos aos museus federais e organizar exposições temporárias. À Seção de Obras possuía o dever de realizar e fiscalizar obras de restauração nos bens tombados e nos museus federais subordinados à Diretoria. Deveria realizar, também, “moldagens dos elementos mais valiosos e característicos da arte tradicional do país” (BRASIL, 1946, art. 10, alínea b).

Como diretor da DCR, Renato Soeiro possuía a função de avaliar os pedidos de restauração e de obras de conservação antes destes serem enviados para o diretor geral da DPHAN. Soeiro, também era responsável pela distribuição da verba destinada a essas ações, assim como o repasse do dinheiro para alguns funcionários mais próximos a ele.

Enquanto diretor da DCR, Soeiro foi um dos principais representantes da DPHAN no âmbito internacional. Nesta condição, ele participou de diversos eventos, dentre estes: Reunião de especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França (1952); Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados Unidos (1965); Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966) (SOEIRO, sem data).

Na reunião em Paris (1952), Soeiro atuou como representante do Brasil. Nesta conferência ocorreram estudos sobre medidas de proteção de monumentos e bens culturais em ocasião de conflito armado. No Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos (1965), ele realizou uma apresentação na função de delegado do Brasil, em que abordou sobre a preservação do patrimônio



no Brasil, o ato de tombamento e a atuação da DPHAN. Nesta fala, Soeiro relata sobre as condições para o tombamento, e também a cerca das características dos bens tombados neste período. Segundo Soeiro, os principais bens tombados eram do século XVIII, em sua maioria imóveis com arquitetura colonial (SOEIRO, 1965).

Na reunião de especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (1966), patrocinada pelo Instituto Royal du Patrimoine Belgique, foi realizado um estudo sobre a organização e utilização de Centros de Documentação relacionada a atividades do Conselho, Soeiro participou como delegado do Brasil. Nesta reunião, Soeiro enfatizou os problemas na ação de preservação do patrimônio no Brasil. Além da falta de apoio da população, ele destaca a dificuldade de conseguir organizar uma equipe capacitada. Soeiro também salienta a necessidade de criar um Centro de Documentação, que possua uma biblioteca completa em relação a referências e periódicos sobre preservação do patrimônio nacional e internacional, o que auxiliaria no trabalho dos técnicos, uma vez que teriam acesso a informação (SOEIRO, 1966).

Com relação ao exercício de diretor da DCR, Soeiro desempenhava várias funções de grande responsabilidade. Ele lidava diretamente com os funcionários encarregados pela atuação nos bens em preservação e restauração. Assim, a verba a ser repassada para a obra e para os funcionários passava por ele antes, fato que é possível observar em cartas, contracheques, recibos e telegramas que estão custodiados no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro. Conforme é possível observar no trecho abaixo de uma carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade a Soeiro:

Meu caro Soeiro, Tenho o prazer de comunicar a você que determinei ontem a remessa, por intermédio do Banco do Brasil da importância Cr\$.477.961,40 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta e um cruzeiros e quarenta centavos) inclusive despesa de remessa, a seu favor, a fim de habilitá-lo a providenciar para a execução das obras projetadas nesse Estado... Um abraço afetuoso (trecho de carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade a Soeiro em 11/12/1947).

Soeiro atendia as solicitações feitas a ele com presteza e atenção. Eram recorrentes pedidos para que solucionassem alguma demanda que estava em atraso. Observa-se tal fato, nas cartas em agradecimento há algum pedido, e/ou quando se aposentou das suas atividades no IPHAN e recebeu várias homenagens em cartas e títulos. Observa-se tal fato, por exemplo, neste trecho a seguir de uma carta de Estephano Braga destinada a Soeiro:

Meus respeitosos cumprimentos. Dou em seu poder vossa carta 55 de 2 de Fevereiro deste ano, confirmando o vosso ofício nº 1092 de 22 de Setembro de 1949 e a autorização do Snr. Diretor Geral sobre o pagamento do saldo restante a meu favor referente as obras que executei para esta diretoria. Agradeço-vos a atenção ao compromisso firmado, aguardando receber a importância prometida, que V.S. confirmou estar providenciando para ser paga... (carta enviada a Soeiro

Além dessas funções, é possível observar em cartas escritas por Rodrigo M. F. de Andrade, que algumas vezes Soeiro ocupou o cargo de diretor do SPHAN, substituindo Andrade em algumas ocasiões que este precisou se ausentar, como no exemplo abaixo:

Prezado Dr. Péricles. Por motivo do atropelo das últimas providências que tive de tomar antes de seguir esta tarde para Ouro Preto, não pude lhe apresentar, pessoalmente, como pretendia, o Dr. Renato Soeiro, Diretor substituto desta repartição... ..Durante minha ausência, não só o ministro e o Senhor, como própria repartição, só tem a lucrar com a gestão e o concurso do Dr. Soeiro. Recebe um cordial abraço do Rodrigo M. F. de Andrade (Carta de Rodrigo à Dr. Péricles 10.03.1951).

Renato de Azevedo Duarte Soeiro trabalhou no IPHAN por 41 anos, sendo 12 anos destes, diretor da instituição (1967-1979). Além de amigo, ele era o “homem de confiança” de Rodrigo M. F. de Andrade. A importância que Soeiro adquiriu dentro da instituição através de cargos e atividades, como Chefe da Divisão de Conservação e Restauração (DCR), representante do Brasil em diversos congressos e reuniões internacionais e Diretor-Substituto, ocasionou na indicação dele para diretor. Rodrigo Melo Franco de Andrade apontou no discurso de posse de Renato Soeiro as razões pela escolha:

Ao cargo de alta responsabilidade que exerceu até agora, por mais de vinte anos, com proficiência notável, tal como ao que passa de ora em diante exercer, ascendeu sem os ter postulado, nem se insinuado, para ocupá-los, levado apenas pelo reconhecimento a suas aptidões e ao valor da obra que já tinha realizado (ANDRADE, 1987, p. 180).

Durante esses anos de dedicação ao SPHAN, Soeiro foi um grande defensor da preservação do patrimônio nacional e atuou fortemente no IPHAN para conseguir cada vez mais conquistas nesta área. Mesmo com a pouca verba repassada ao órgão, Rodrigo e Soeiro se doaram para a causa tentando preencher essa falta de recursos com muito esforço e dedicação.

## CONCLUSÃO

A partir do que foi dissertado neste trabalho é possível observar que Renato Soeiro trabalhou no SPHAN praticamente desde a criação da instituição e que auxiliou esta a se firmar. Soeiro dedicou sua vida a preservação do SPHAN e foi por tal esforço e dedicação que seu trabalho foi reconhecido e ele se tornou diretor geral desta instituição em 1967, permanecendo até 1979.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Carta**. 10/03/1951. Rio de Janeiro – RJ, para Péricles. Sem local. 1 folha. Soeiro diretor substituto da DPHAN.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Carta**. 11/12/1947. Rio de Janeiro – RJ, para SOEIRO, Renato. Salvador. 1 folha. Repasse de verba. Arquivo Técnico Administrativo/ Representante/AA02/M011/P06/Cx0054/376/P.0259.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró Memória, 1987.
- BRAGA, Estephanio. **Carta**. 19/03/1951. Salvador - BA, para SOEIRO, Renato. Sem local. 1 folha. Pagamento pelo serviço e agradecimentos. Arquivo Técnico Administrativo/ Representante/AA02/M011/P06/Cx0054/376/P.0259.
- BRASIL. Lei nº 378 de 15 de janeiro de 1937. **Da nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Data de acesso: 24 de junho de 2015 às 13 horas e 40 minutos.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Data de acesso: 24 de junho de 2015 às 13 horas e 45 minutos.
- BRASIL. Decreto-lei nº 8534 de 02 de janeiro de 1946. **Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Data de acesso: 24 de junho de 2015 às 15 horas.
- CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49).
- RANGEL, Marcio Ferreira. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.
- SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O Tecido do Tempo: a idéia do patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)**. Brasília: Instituto de Ciência Humanas/UnB, 1992, (tese de doutorado).
- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória**. Brasília, Editora Sphan/ Pró Memória, Nº 31, 1980. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531). Acesso em: 28/07/2014 às 09 horas e 30 minutos.
- SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. **Curriculum Vitae**, sem data. In: Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0417. II-A. Arquivo Central / IPHAN.
- SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. **Conservação dos Monumentos Históricos no Brasil**. Memória apresentada ao Simpósio Panamericano sobre Preservação de Monumentos Históricos. St. Augustine, Flórida, 10-13/06/1965. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. **Rapport sur la conservation des monuments et des site au Brésil**. Bruxelas, Bélgica. 15/12/1966. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

TELLES, Márcio Ferreira de Pragmácio. **Entre a lei e as salsichas: Análise dos antecedentes do Decreto-lei 25/37**. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19408.pdf>. Data de acesso: 15 de abril de 2016 as 11 horas e 56 minutos.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

**Maristela Carneiro** - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alegoria da caverna 272

### C

Colonização 122, 226

### E

Ensino de história 26

### F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

### H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

### I

Igreja católica 115

### L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

### M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

### P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

### R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-560-0

